



# MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

18ª edição: Revista, atualizada e ampliada

**DAVI ANDRÉ COSTA SILVA**



Nesta obra, abordaremos os principais aspectos das Medidas Cautelares Pessoais, passando pelas **prisões provisórias, liberdade provisória e medidas cautelares diversas da prisão**. Assim como em outros assuntos, a constante **atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial** se mostra fundamental.

## Sumário

<b>Capítulo I - Disposições Gerais</b>	<b>05</b>
1. Explicação terminológica constitucional	05
2. Fundamento constitucional	05
3. Conceito	05
4. Outras hipóteses de restrição da liberdade	05
5. Espécies de prisão	05
6. Prisão por mandado	06
<b>Capítulo II - Prisão em Flagrante</b>	<b>11</b>
1. Fundamento constitucional e legal	11
2. Etimologia do vocábulo “flagrante”	11
3. Fases do flagrante e seus legitimados	11
4. Situações de flagrância	11
4.1 Diferença entre “logo após” e “logo depois”	12
4.2 Ausência de estado flagrancial – enquadramento típico	12
5. Sujeitos do flagrante	12
6. Situações que impedem a autuação e a custódia	13
7. A prisão em flagrante em infrações penais diversas	14
8. Espécies de flagrante (classificação esquematizada)	14
8.1 Quanto ao sujeito ativo	14
8.2 Quanto à situação de flagrância	14
8.3 Quanto à certeza da ocorrência do crime e o momento da atuação da polícia	15
8.4 Flagrantes ilegais	15
8.5 Outras classificações	16
9. Autuação	16
10. Judicialização do flagrante	17
11. Mecanismos de impugnação	19
<b>Capítulo III - Liberdade Provisória</b>	<b>20</b>
1. Fundamento constitucional e legal	20
2. Localização do tema	20
3. Conceito	20
4. Diferença entre relaxamento da prisão e liberdade provisória	20
5. Espécies de liberdade provisória	20
5.1 Sem fiança	20
5.2 Com fiança	20
6. Cabimento da liberdade provisória	21
7. Vedações legais	21
<b>Capítulo IV – Prisão Preventiva</b>	<b>21</b>
1. Fundamento constitucional e legal	21
2. Evolução do tema	22
3. Natureza excepcional e caráter subsidiário – medida de <i>ultima ratio</i>	24
4. Requisitos	24
4.1 Requisitos Cautelares	24
4.2 Legais	24
4.2.1 Pressupostos (art. 312, in fine, CPP)	24
4.2.2 Condições (hipóteses) de admissibilidade (art. 313, I-III, §1º, CPP)	24
4.2.3 Fundamentos (art. 312, 1ª parte, CPP)	24
5. Descabimento	25
6. Momento e legitimados	25
7. Prisão preventiva domiciliar	25
8. Decisão motivada e fundamentada	26
9. Mecanismos de impugnação	26
<b>Capítulo V - Prisão Temporária</b>	<b>27</b>
1. Fundamento constitucional e legal	27
2. A questão da constitucionalidade da prisão temporária	27
2.1 Da [in]constitucionalidade formal da prisão temporária	27
2.2 Da [in]constitucionalidade material da prisão temporária	27
3. Hipóteses de cabimento	28
3.1 Interpretação do STF acerca dos requisitos da prisão temporária	28
3.2 Rol de crimes que admite a prisão temporária	28

3.3 Prisão preventiva - distinção .....	29
4. Momento e legitimados .....	30
5. Decisão fundamentada.....	30
6. Possibilidades do juiz.....	30
7. Prisão por mandado e observância de direitos constitucionais .....	30
8. Prazo (duração) da prisão temporária.....	30
9. Local de custódia dos presos temporários .....	31
10. Abuso de Autoridade.....	31
11. Mecanismos de impugnação.....	31
<b>Capítulo VI - Medidas Cautelares Diversas da Prisão .....</b>	<b>32</b>
1. Contexto da Lei 12.403/11 .....	32
2. Rol das Medidas Cautelares Diversas da Prisão .....	32
2.1 Comparecimento em juízo .....	32
2.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares .....	32
2.3 Proibição de contato com pessoa determinada .....	32
2.4 Proibição de ausentar-se da Comarca.....	33
2.5 Recolhimento domiciliar .....	33
2.6 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira .....	33
2.7 Internação provisória .....	33
2.8 Fiança .....	33
2.9 Monitoramento eletrônico.....	33
2.10 Proibição de sair do País.....	33
3. Critérios de aplicação das MCDP .....	34
4. Inaplicabilidade das MCDP por incompatibilidade .....	35
5. A questão do cabimento de detração penal das MCDP .....	35
<b>Obras consultadas e/ou citadas .....</b>	<b>36</b>